

MEMÓRIA DA 7ª REUNIÃO DO GT CONSULTAS AMBIENTAIS – GTCA CONJUNTA COM OS SUBCOMITÊS TIETÊ CABECEIRAS – SCBH-ATC e BILLINGS TAMANDUATEÍ– SCBH-BT - GESTÃO 2017-2019		
DATAS: 22/08/2018	HORÁRIO: 09h00	LOCAL: FABHAT

LISTA DE PRESENÇA - GTCA	
Entidade	Nome
CIESP	Claudia Oliveira Gomes
CIESP	Fernando Tadeu da Silva dos Santos
MDV	Dimitri Auad
DAEE	Josué Marcos Barranco
LISTA DE PRESENÇA – SCBH-ATC	
Ausentes	
LISTA DE PRESENÇA – SCBH-BT	
Ausentes	
CONVIDADOS	
Entidade	Nome
Secretaria Executiva do CBH-AT	Ana Sedlacek
Secretaria Executiva do CBH-AT	Fernanda Del Sole
WALM Engenharia	Walter Sérgio de Faria
Systra Vetec	Samuel Carvalho G. Fukumoto
Systra Vetec	Patricia de Amorim Hidalgo

ASSUNTOS TRATADOS:

1. Abertura

Josué Marcos Barranco (DAEE) abriu a reunião às 09h40, agradeceu a presença dos membros e justificou a ausência do coordenador deste Grupo de Trabalho, Amauri Pollachi, por razões particulares.

Ana Sedlacek (Sec. Exec. do CBH-AT) apresentou a pauta da reunião e informou que o primeiro item, referente ao empreendimento “Ampliação do Centro de Disposição de Resíduos no Município de Guarulhos”, é um caso particular pois este empreendimento já fora debatido no GT Consultas em 26/02/2018 e elaborada minuta de parecer técnico, entretanto, em reunião da Câmara Técnica de Planejamento e Articulação, ao qual este GT é submetido, não houve consenso, e o parecer técnico não foi aprovado, devido a recomendações que não estariam no âmbito de análise do Comitê, pois este se manifesta no que diz respeito aos impactos do empreendimento sobre os recursos hídricos.

Josué propôs apresentar ao plenário os dois formatos, um contendo todas as recomendações, inclusive aquelas não focadas nos recursos hídricos e o outro somente com as recomendações específicas para recursos hídricos.

Dimitri Auad (MDV) ressaltou a importância de estar assegurado alguns aspectos e proposições nas manifestações quanto aos resíduos orgânicos, pois entende que os mesmos colaboram para a geração do “efeito estufa” - GEE, quer no processo de decomposição ou pelo chorume gerado. Informa que o atual arranjo de gestão e de gerenciamento de resíduos orgânicos resulta, direta e respectivamente, em mudanças ou alterações climáticas localizadas – ilhas de calor - e em grandes gastos na captação, reservação, transporte para tratamento (GEE) e tratamento do referido efluente líquido. Destacou que a rota de tratamento de orgânico por biodigestão, aeróbica e anaeróbica, é uma alternativa tecnológica consagrada que trará em seu processo outros ganhos ou agregará outros valores. Citou a geração de composto ou nutriente orgânico para o solo e, quando o orgânico for de origem desconhecida, a produção de biofertilizantes e biogás/biometano para a geração de energia. Abordou a necessidade de se romper, pensando também na defesa dos recursos hídricos, com a atual lógica de gerenciamento de orgânicos e enfatiza que com a adoção da biodigestão reduzir-se-á, sobremaneira, a disposição de orgânicos e seus efeitos desdobramentos no site de aterramento e região. Lembra ser indispensável não deixar passar que a adoção dessas rotas tecnológicas, além de oportunizar a redução de gases efeito estufa – GEE e a redução de gastos com o gerenciamento do chorume, também, estará garantido o prolongamento do tempo de vida do aterro sanitário.

Assim, propõe que esteja recomendando na manifestação que haja instalada unidades de processamento com capacidade para o tratamento máximo de orgânico por biodigestão aeróbia e anaeróbia.

Josué considerou pertinente a colocação e disse que, como representante do segmento Estado, sente que este segmento tem dificuldades em aceitar inovações e os processos acabam por demorar tempo demasiado.

Claudia Gomes (FIESP) questionou se o Comitê realmente deveria se manifestar, uma vez que o prazo para manifestações encontra-se intempestivo.

Ana esclareceu que o Comitê não deve deixar de se manifestar, mesmo que intempestivo.

Encaminhamento:

Josué (DAEE) ficou de encaminhar minuta de parecer com as sugestões de recomendações específicas de recursos hídricos aos membros do GT para análise e complementações. O GT concordou em discutir a minuta proposta na próxima reunião da CTPA e então, submeter à apreciação do Plenário deste Colegiado.

2. Inversão de Pauta:

Ana Sedlacek propôs antecipar o 3º item de pauta, visto que ainda restavam 20 minutos para o horário agendado para a apresentação do empreendimento: “BRT Metropolitano Perimetral

do Alto Tietê”, na expectativa de comparecimento de representantes do Subcomitê Alto Tietê Cabeceiras.

Após aprovação unânime dos presentes, Ana esclareceu que o empreendimento “Centro Logístico Campo Grande”, no município de Santo André, é similar ao anterior no quesito das tramitações, pois também houve uma reunião de apresentação ao GT-CA e ao SCBH-BT no SEMASA em 20/02/2018. Naquela ocasião, os presentes não entenderam pertinente elaborar minuta de parecer técnico devido à ausência de informações consideradas importantes, tais como: (i) verificação se o que estava sendo proposto está em pleno atendimento à Lei da APRM Billings; (ii) previsão do aumento de tráfego de veículos; (iii) existência de tratamento e infiltração no solo dos esgotos gerados; etc. Ana prosseguiu informando que o encaminhamento dado para esta reunião foi a emissão de um documento para o empreendedor solicitando esclarecimentos para subsidiar a elaboração de minuta técnica. Na época, a Prefeitura de Ribeirão Pires elaborou este documento, entretanto, como resposta a esse, o empreendedor nos informou que estava esclarecendo dúvidas do órgão licenciador, que é a CETESB. Este processo encontra-se paralisado na CETESB.

Encaminhamento:

O GT propôs elaborar um Ofício em resposta à CETESB ao invés de parecer técnico uma vez que não há informações suficientes para fazer recomendações. Quando o empreendimento apresentar as informações complementares, este GT se reunirá para prosseguir com o processo de análise.

Ana Sedlacek fará uma minuta de Ofício e encaminhará aos membros do GT para avaliação.

3. Apresentação do Empreendimento: BRT Metropolitano Perimetral do Alto Tietê

Walter (Walm Engenharia) apresentou o empreendimento, cujo projeto teve início em meados de 2014. O desenvolvimento dos Estudos Ambientais teve a participação efetiva das prefeituras dos Municípios de Arujá, Itaquaquecetuba, Poá e Ferraz de Vasconcelos.

Em 2017, foi protocolado o EIA/RIMA junto à CESTEB e, na sequência, foram realizadas 4 audiências públicas, uma em cada município. Hoje aguarda-se a emissão do Licença Prévia do empreendimento.

O BRT (*Bus Rapid Transit*) é uma tipologia diferenciada com estações de embarque típicas, com pagamento ainda desembarcado, plataformas no mesmo nível do veículo, veículos diferenciados, informações disponíveis ao usuário em tempo real, faixa segregada, pontos de ultrapassagens específicos e ciclovias bidirecionais paralelas em praticamente todo o eixo referencial do empreendimento.

A área de inserção do projeto abrange áreas de Arujá, Itaquaquecetuba, Poá, Ferraz de Vasconcelos e São Paulo (Itaim Paulista). Segundo o Censo 2010, a região conta com cerca de 1 milhão de habitantes.

O BRT terá 20,2 Km para atender à demanda projetada de 82,5 mil passageiros/dia, com frota de 71 veículos, 24 estações de embarque, 2 estações de transferência, distância média entre

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO ALTO TIETÊ

as estações de 720 m, velocidade média comercial dos veículos de 24 Km/h, 3 terminais (Arujá, Ferraz de Vasconcelos e Cidade Kemel) e integrações com as linhas 11 e 12 da CPTM e o corredor Leste projetado pela EMTU. A implantação das obras possui duração prevista de 30 meses.

No âmbito da UGRHI-06, a área de influência indireta está inserida na região da Sub-bacia Alto Tietê Cabeceiras. No EIA/RIMA foram tratados os impactos sobre as águas subterrâneas e superficiais, nestas as sub-bacias Caputera, Perová, Corredouro, Baquirivu-Guaçu, Tijuco Preto, Três Fontes, Itaim e Tucunduva.

Com relação aos usos atuais, comparativamente a outras sub-bacias há uma baixa disponibilidade de água para essa região, em função das pequenas vazões observadas nas drenagens locais e da má qualidade da água superficial. Em decorrência disso há um predomínio de outorgas de captação de águas subterrâneas para várias finalidades, como abastecimento público e industrial.

A qualidade da água próxima ao eixo referencial do BRT, nos pontos de amostragens, um no Tietê e outro no Perová, apresentam IQA ruim ou péssimo. Ao longo do eixo referencial do BRT os cursos d'água se apresentam bastante degradados, poluídos e assoreados, devido intensa ocupação e uso do solo e deficiência de saneamento básico.

No EIA/RIMA foram identificados 3 potenciais impactos. O primeiro decorrente da deflagração de novos processos da dinâmica superficial por erosão e conseqüente assoreamento dos corpos hídricos pelas obras de terraplanagem.

Para controle de mitigação foram propostos programas ambientais de: (i) Controle de Processos Erosivos e de Assoreamento; (ii) Gerenciamento de Material Excedente; (iii) Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes (Subprograma de Controle e Gerenciamento de Resíduos Perigosos, Subprograma de Controle e Gerenciamento de Produtos Químicos, Subprograma de Controle e Gerenciamento de Efluentes Líquidos); e, (iv) Gerenciamento de Áreas Contaminadas.

Os Programas Ambientais serão gerenciados pelo empreendedor (EMTU), órgão ambiental licenciador, Assessoria de Meio Ambiente (AMA), sociedade civil, gestão do empreendimento BRT, supervisão Ambiental (obras e programas ambientais) e empresas construtoras.

Após a apresentação, a reunião foi encerrada às 12:00.

Encaminhamento:

A secretaria executiva solicitou apoio a Claudia (FIESP) para elaboração da minuta de parecer técnico, visto que foi consenso entre os presentes da viabilidade e importância do empreendimento. A secretaria executiva ficou incumbida de encaminhar modelos de pareceres e as recomendações propostas na reunião para elaboração da minuta.